



# Câmara Municipal de Votorantim

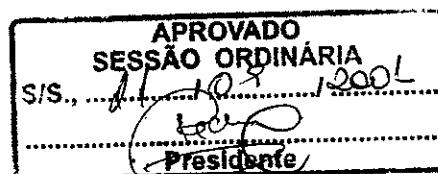
ENTRADA 25 / 06 / 01 PROJETO DE LEI nº 27/01

ARQUIVO 13 / 09 / 01

AUTORIA Marcelo de Souza

## ASSUNTO:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de berracharias e empresas de recauchutagem adotar medidas para evitar a existência de criadores para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.





# Câmara Municipal de Votorantim

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO

## Projeto de Lei nº 27/01

Dispõe sobre a obrigatoriedade das borracharias e empresas de recauchutagem, adotar medidas para evitar a existência de criadouros para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:**

**Art. 1º** - As borracharias e empresas de recauchutagem ficam obrigadas a adotar medidas que visem evitar a existência de criadouros para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus.

**Parágrafo único** – Os estabelecimentos descritos no "caput" deste artigo, deverão manter os pneus novos recauchutados e cortes de pneus inaproveitáveis sob local coberto.

**Art. 2º** - O Poder Executivo realizará ampla campanha educativa dirigida aos proprietários de borracharias e empresas de recauchutagem, alertando sobre os riscos de manutenção desses criadouros.

**Art. 3º** - Os infratores sujeitar-se-ão as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência.

- I– multa de 97 UFIRs;
- II– multa de 200 UFIRs;
- III– suspensão temporária do alvará de licença de funcionamento, por (30 dias);
- IV– cassação do alvará de licença de funcionamento.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (dias), contados a partir da data de sua publicação.



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 5º** - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 25 de junho de 2001.**

  
**Marcelo de Souza**  
**VEREADOR**

sa

A  
CONSULTORIA JURÍDICA E COMISSÕES  
S/S., 26 / 06 / 01  
Presidente

A  
COMISSÃO DE JUSTIÇA  
RECEBIDO EM .....  
DEVOLVIDO EM .....  
Presidente

A  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS  
RECEBIDO EM .....  
DEVOLVIDO EM .....  
Presidente

COMISSÃO DE FORTIFICAÇÃO  
RECEBIDO EM .....  
DEVOLVIDO EM .....  
Presidente

EM DISCUSSÃO  
S/S., 11 / 09 / 01  
Presidente

APROVADO  
SESSÃO ORDINÁRIA  
S/S., 11 / 09 / 01  
Presidente



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA DA CÂMARA EM 25/06/2.001**

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.

*[Handwritten signature]*  
Márcio M. A. de Vitoria  
Secretário Geral

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 25/06/2.001**

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.



**Comissão de Justiça**



**Comissão de Finanças e Orçamento**



**Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente**



**Comissão de Política Social**



**Comissão de Economia**



**Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo**



**Comissão de Administração Pública**



**Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania**



**Comissão de redação**



**Mesa Diretora**

*[Handwritten signature]*  
Jerson Pedrosa  
Presidente



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 044/2001.

Projeto de Lei nº 27/01, de autoria do **Vereador Marcelo de Souza**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagens adotarem medidas para evitar a existência de criadores de mosquitos transmissores de doenças.

Parecer:

O projeto impõe procedimentos ao Poder Executivo em seus artigos 2º e 4º, ao determinar a realização de campanha educativa e prazo para a regulamentação da lei.

O Poder Legislativo não deve impor atribuições ao Poder Executivo, sob pena de afrontar o princípio da independência e harmonia dos Poderes, previstos no art. 2º, da Constituição Federal.

Pelo exposto, o parecer da Procuradoria Jurídica é contrário à proposição, por considerá-la inconstitucional.

Votorantim, SP., 16 de agosto de 2001.

**João da Silva Neto**  
Chefe de Serviços Jurídicos  
OAB/SP 102952-B



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

### PROJETO DE LEI Nº 27/01

O Vereador Marcelo de Souza, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotar medidas para evitar a existência de criadores para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.

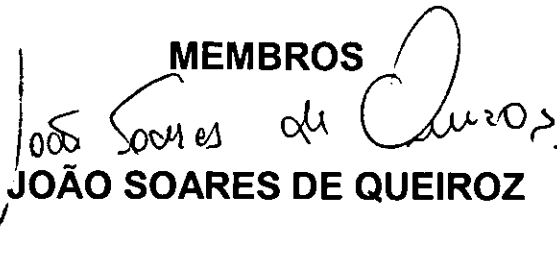
Analizando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 20 de AGOSTO de 2.001.

  
**ADILSON HOULENES MÓRA**  
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

**MEMBROS**  
  
**JOÃO SOARES DE QUEIROZ**

**ORLANDO HERRERA DIAS**

  
**LUIZ GONZAGA LOPES**

  
**JOÃO CAU**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

### PROJETO DE LEI Nº 27/01

O Vereador Marcelo de Souza, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotar medidas para evitar a existência de criadores para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 20 de agosto de 2.001.

  
**PRIMO ALVINO VIEIRA**  
Relator

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

### MEMBROS

**JOMAR TELES PROCÓPIO**

  
**OSVALDO BRASIL**

  
**MARCELO DE SOUZA**

**PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA**





# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA SOCIAL ao

### PROJETO DE LEI nº 27/01

O Vereador Marcelo de Souza, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotar medidas para evitar a existência de criadores para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.

Analizando detidamente, nada se encontrou que contrarie a presente proposição, assim sendo, é de se recomendar a sua aprovação pelo Plenário.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 20 de agosto de 2.001.

  
**JAIRO DE SOUZA**  
Relator

A Comissão de **POLÍTICA SOCIAL**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

#### MEMBROS

  
**OSVALDO BRASIL**

  
**HEBER DE ALMEIDA MARTINS**

  
**PEDRO NUNES FILHO**

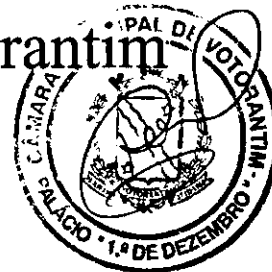
**CARLOS CLARO DA ROSA**



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 024/01**

**Projeto de Lei nº 27/01**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das borracharias e empresas de recauchutagem, adotar medidas para evitar a existência de criadouros para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus e dá outras providências.

**Lei nº.....de.....de.....de 2001.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - As borracharias e empresas de recauchutagem ficam obrigadas a adotar medidas que visem evitar a existência de criadouros para o Aedes Aegypti e Aedes Albopictus.

**Parágrafo único** – Os estabelecimentos descritos no “caput” deste artigo, deverão manter os pneus novos recauchutados e cortes de pneus inaproveitáveis sob local coberto.

**Art. 2º** - O Poder Executivo realizará ampla campanha educativa dirigida aos proprietários de borracharias e empresas de recauchutagem, alertando sobre os riscos de manutenção desses criadouros.

**Art. 3º** - Os infratores sujeitar-se-ão as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente, em caso de reincidência.

- I– multa de 97 UFIRs;
- II– multa de 200 UFIRs;
- III– suspensão temporária do alvará de licença de funcionamento, por (30 dias);
- IV– cassação do alvará de licença de funcionamento.



# Câmara Municipal de Votorantim

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO

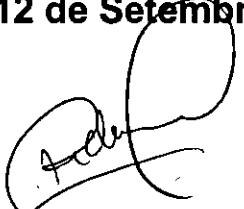


**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (dias), contados a partir da data de sua publicação.

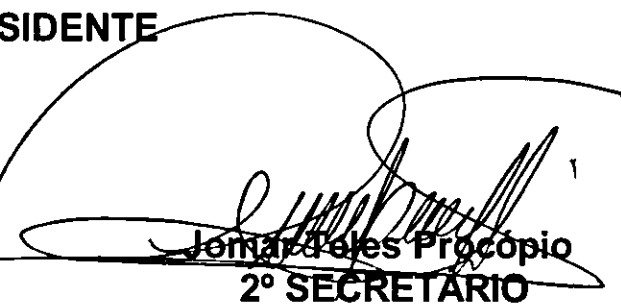
**Art. 5º** - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas no Orçamento.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Votorantim, 12 de Setembro de 2.001.**

  
**Jerson Pedroso**  
**PRESIDENTE**

  
**Heber de Almeida Martins**  
**1º SECRETÁRIO**

  
**Jomar Teles Procópio**  
**2º SECRETÁRIO**